



PALCO

JUIZ DE FORA, DEZEMBRO, 2009. ANO II, Nº 13

LADRILHOS HIDRÁULICOS APELO RETRÔ

Certo tipo de piso pavimentava as calçadas de Juiz de Fora no início do século XX – o ladrilho hidráulico. Com origem ainda pouco conhecida, especula-se que o revestimento, produzido de forma artesanal, tenha surgido a partir dos mosaicos bizantinos e foi incorporado à cultura moura. “Em meados do século XIX, o piso já era encontrado na França, na região do Vale do Reno”, explica o historiador e arquiteto Marcos Olender. Do território francês, o ladrilho hidráulico chegou ao continente africano e a outros países mediterrâneos para, em seguida, espalhar-se pelo mundo.

O nome deriva de um de seus componentes, o cimento, que depende de reações químicas com a água para o seu enrijecimento, daí “hidráulico”. Areia e pigmentos completam a constituição do ladrilho. A fabricação do revestimento no Brasil está ligada à imigração italiana. Até o final do século XIX, as peças eram importadas de países como França, Bélgica e Portugal. O seu fabrico teria sido ensinado aos imigrantes italianos, em São Paulo, por um

partir de uma visão ‘prática e pragmática’, que vai se difundindo entre nossos administradores, de privilegiar aquilo que é mais rápido e barato, independentemente de sua efetiva praticabilidade e da dignidade necessária para a paisagem urbana”. A difusão das pedras portuguesas, que hoje cobrem a maioria das calçadas na cidade, também contribuiu para o solapamento dos ladrilhos como revestimento público. Rio de Janeiro e outros grandes centros adotaram as pedras de origem basáltica, o que pode ter inspirado Juiz de Fora a optar por esse calçamento.

Mas os ladrilhos hidráulicos ainda despertam muitos admiradores. Para o arquiteto Alex Martins, objetos do passado voltaram a ser utilizados por seu apelo *retrô*. “Tudo o que remete às lembranças nos transmite solidez, familiaridade. Estas características fazem com que o ladrilho hidráulico seja cobiçado e utilizado por um maior número de consumidores. Esta é a principal razão do seu retorno.” A exclusividade do ladrilho, que ainda apresenta muitas



NESTA EDIÇÃO

MUSEU MARIANO
PROCÓPIO
ACERVO IMPERIAL

CENTRAL
DECORAÇÃO NATALINA

CAMINHO NOVO
O PERCURSO DA
ESTRADA REAL

ENTREVISTA
LEILA BARBOSA

EUCLEDIS DA CUNHA
CENTENÁRIO DE MORTE
DO ESCRITOR

ARTES PLÁSTICAS
FLÁVIO DE BARROS E
ADIR BOTELHO

cônsul suíço, dando início à produção brasileira. Em Juiz de Fora, o ladrilho já era produzido desde 1897. De forma ainda modesta, o piso era fabricado pelo alemão George Francisco Grande e alguns italianos.

A partir de 1905, a Companhia Pantaleone Arcuri começa a produzir o ladrilho em Juiz de Fora. “A Pantaleone era a grande fabricante de ladrilhos hidráulicos da cidade e da região. Isso se deve à inauguração de uma verdadeira fábrica para produzi-los”, diz Olender. Com um volume de produção industrial, a empresa transpôs a escala artesanal com que eram feitas as peças em outras partes do país, inclusive São Paulo.

Com a instalação de meios de produção do piso na cidade, não só as calçadas foram ladrilhadas. Grandes projetos arquitetônicos da Pantaleone Arcuri utilizaram os ladrilhos hidráulicos como revestimento. O prédio da antiga sede da Companhia, o Cine-Theatro Central e o prédio do Banco do Crédito Real são algumas das edificações que preservam até hoje a beleza e a singularidade das peças. Por sua produção, a Pantaleone Arcuri chegou a ser premiada em exposições nacionais e internacionais.

Durabilidade e resistência são particularidades do ladrilho hidráulico. Mas o piso, que teve seu apogeu nas décadas de 1920 e 1930 no Brasil, foi substituído pelos revestimentos cerâmicos – mais baratos e de assentamento mais simples, que passaram a ser cada vez mais utilizados em ambientes internos de casas e edifícios comerciais. Para Olender, a substituição do ladrilho nos passeios ocorreu em função do cimentado das calçadas, mais econômico – “a

características artesanais, hoje é valorizada nos projetos. “É uma peça muito individual, um piso que oferece muitas possibilidades. Com peças iguais podem-se criar composições e resultados diferentes”, defende o engenheiro Fernando Silva, que pretende usar o piso em sua nova residência.

Segundo Alex Martins, hoje é o profissional que sugere o ladrilho ao cliente. “Esta opção é feita no processo de criação para conceituar um determinado projeto”, esclarece. A variedade de desenhos oferecida pelo piso vai além dos tradicionais estilos florais e coloniais. Listras e composições geométricas já são encontradas no mercado. Com uma faceta mais arrojada, o produto centenário é também opção no revestimento de paredes e aplicação de detalhes em móveis. Essa tendência de revalorização do ladrilho abrange o seu uso em todos os tipos de ambientes.

Marcos Olender acredita que o retorno do ladrilho hidráulico às calçadas resgataria uma característica estética que identificava o cenário urbano da cidade, diferenciando-o de outros centros importantes da região na época. Desde a criação do Programa de Estudos e Revitalização da Memória Arquitetônica e Artística (Permeaar), a organização, da qual Olender é um dos fundadores, tenta implementar o projeto “Companhia de Preservação Pantaleone Arcuri”, que prevê a instalação de uma oficina-escola de ladrilhos hidráulicos em Juiz de Fora. Com o resgate da produção, o piso poderia repavimentar as calçadas, devolvendo a atmosfera e o charme de outrora.



MUSEU MARIANO PROCÓPIO O DOADOR E SUAS COLEÇÕES

O mecenas Alfredo Ferreira Lage (1865-1944) poderia ter fundado o Museu Mariano Procópio em seu palacete do século XIX, no bairro da Glória, no Rio de Janeiro – então capital federal –, onde teria visibilidade e talvez até mais reconhecimento, graças à dimensão de tão importante acervo, referência nacional e internacional. Ao contrário, em lugar do caminho mais fácil, preferiu Juiz de Fora, cidade onde nasceu.

Tal decisão se deveu também a outros motivos, mas o determinante foi perenizar a obra de seu pai, o comendador Mariano Procópio Ferreira Lage (1821-1872), idealizador e construtor da União e Indústria. Esta foi a primeira rodovia macadamizada do Brasil, construída sob concessão, ligando Juiz de Fora a Petrópolis, e inaugurada com a presença de Dom Pedro II e toda a Corte, o que revela sua importância no processo de desenvolvimento do Brasil durante o Império. A velha estrada terá seu sesquicentenário comemorado em 2011, quando, aliás, espera-se que esteja concluída a revitalização e a requalificação dos prédios históricos do Museu.

Para falar do legado de Alfredo Ferreira Lage, é preciso esclarecer que se trata, sem exageros, de uma das mais importantes coleções do período imperial, com destaque para a segunda fase. Tanto é assim que o acervo tem proteção federal desde 1939, dois anos depois da criação do antigo Serviço do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (SPHAN), atual Instituto do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional (IPHAN).

Há quem afirme que, em muitos aspectos, a coleção tem peças mais representativas que as de outros museus, até mesmo porque foi formada anteriormente à de outros do mesmo gênero, como ocorreu no Rio de Janeiro e em São Paulo. Basta dizer que o Museu Histórico Nacional, no Rio, foi aberto meses depois, em 1922, enquanto o Imperial, em Petrópolis, apenas em 1943, apesar de ter sido criado três anos antes.

Não é suficiente fazer elogios ao pioneirismo. É preciso buscar o reconhecimento do caráter nacional e internacional das coleções do Museu Mariano Procópio, de forma a dar a ele o papel que lhe cabe e que ele merece no cenário artístico nacional. As coleções de Alfredo Ferreira Lage

foram institucionalizadas ao longo dos anos, principalmente a partir de 1915, quando decide abrir a Villa Ferreira Lage à visitação pública ao perceber e confessar que ela havia se tornado maior que ele...

Em 1921, para homenagear o centenário de nascimento de seu pai, Ferreira Lage inaugura o Museu, e, no ano seguinte, a Pinacoteca, que foi o primeiro prédio construído especificamente com tal finalidade. Era uma instituição privada, mantida pelo colecionador. Preocupado com o futuro e a unidade do acervo, toma a decisão de doá-lo ao município de Juiz de Fora, sem qualquer incentivo do Poder Público ou favores em contrapartida. As cláusulas da escritura de 1936 foram a garantia de sua preservação, sob a tutela do Conselho de Amigos do Museu Mariano Procópio, que o próprio Alfredo criou. Quem lê as atas das reuniões do Conselho percebe que ele continua sendo fundamental na perpetuação da vontade do doador.

Na família Ferreira Lage, outro nome se destacava entre colecionadores, contribuindo para a formação do acervo da instituição. Trata-se de uma das mais destacadas figuras femininas da corte, a Viscondessa de Cavalcanti (1852-1946), prima-irmã do doador, filha de seu tio materno Constantino Machado Coelho e sua tia paterna, Mariana Barbosa de Assis Machado. Ela doou coleções de numismática e de pinturas europeias em miniaturas, além de medalhões, livros raros, fotografias, documentos, minerais e uma tela do pintor francês Fragonard.

Apesar de desconhecido por muitos pesquisadores e autores, Alfredo Ferreira Lage mantinha vínculo muito forte com Juiz de Fora, não só por ter nascido aqui, mas por descender de Micaela dos Anjos Coutinho e do português Domingos Gonçalves Chaves, um dos casais pioneiros na ocupação da região, ainda na primeira metade do século XVIII. Foi desse casal que seu pai, Mariano Procópio, tirou o Lage, preferindo adotá-lo ao final de seu nome, em vez do Ferreira Armond. Esse vínculo explica também a escolha da cidade para o projeto que perpetua nossa maior obra cultural do século XX.

Douglas Fasolato
Superintendente da Fundação Museu Mariano Procópio

CENTRAL CELEBRAÇÃO DA LUZ

Em dezembro, o Cine-Theatro Central ganha ainda mais vida com a iluminação de Natal. Em meio a luzes e guirlandas, o edifício incorpora o espírito natalino e traz mais beleza ao centro de Juiz de Fora. Patrocinada pela Cemig, a decoração do Central foi inaugurada no dia 7 de dezembro e mais uma vez encanta os juiz-foranos.

"O tema da decoração, as peças e as cores são totalmente diferentes em relação ao ano passado", observa Reinaldo Chagas, gerente de paisagem da Pró-reitoria de Planejamento e Gestão da UFJF e mentor do projeto. Neste ano, os sinos foram escolhidos como tema. Com campânulas adornadas com laços e festões, a fachada do Cine-Theatro recebeu também ursos de pelúcia com tuias italianas sob a marquise.

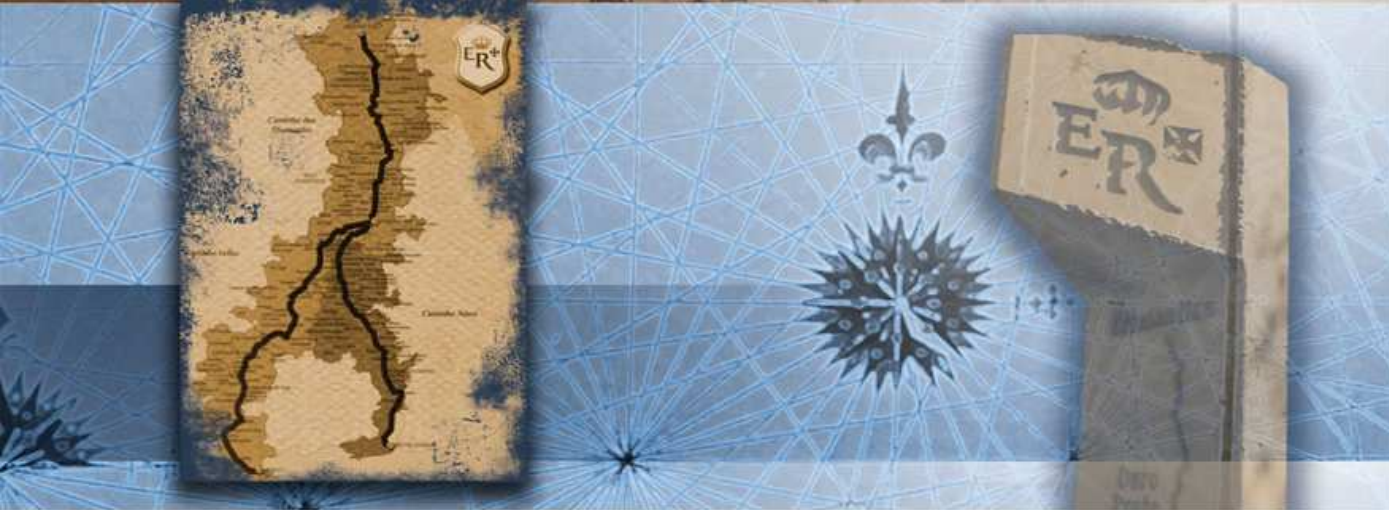
Mais de 15 mil lâmpadas e projetores iluminam e colore o teatro. A iluminação do Central faz parte do projeto desenvolvido pela Cemig, o Natal de Minas. "A iniciativa promove a decoração natalina em praças, monumentos e prédios históricos em diversas regiões do estado", explica Celso



Noronha, assessor de comunicação da Cemig na região da Mantiqueira. Este é o terceiro ano de parceria entre a Pró-reitoria de Cultura e a empresa, que teve início em 2007.

Para a concepção e montagem da decoração do Cine-Theatro, há uma equipe exclusiva, formada por diversos especialistas. "Neste ponto é fundamental ressaltar o trabalho feito pelos profissionais, que levam em consideração os prédios tombados, os quais necessitam de cuidados especiais para não haver degradação do bem público", ressalta Noronha. Decoradores, marceneiros, serralheiros, pintores, eletricitistas e auxiliares de montagens são responsáveis pelo trabalho.

A noite de inauguração da iluminação do Central, mais um evento em comemoração aos 80 anos da casa, contou ainda com o show "Dudu Lima Trio Convida Stanley Jordan", em que o baixista mineiro se apresentou ao lado do lendário guitarrista americano Stanley Jordan.



CAMINHO NOVO TESTEMUNHO DA HISTÓRIA

Índios, bandeirantes, escravos, tropeiros, cientistas europeus, inconfidentes mineiros. Todas essas figuras passaram pelo Caminho Novo da Estrada Real, uma rota de 515 quilômetros aberta pelo bandeirante Garcia Rodrigues Paes no final do século XVII e início do XVIII. A proposta era facilitar e agilizar o escoamento de ouro e de pedras preciosas de Minas Gerais para o Rio de Janeiro – de onde, finalmente, o produto partiria para Portugal. Era uma alternativa mais simples e rápida ao Caminho Velho, que passava por São Paulo e pelo Sul de Minas.

Segundo o pesquisador Vanderlei Tomaz, coordenador da Biblioteca Municipal Murilo Mendes, “para ocupar as margens da estrada, a Coroa Portuguesa distribuiu concessões de sesmarias - grandes fatias de terra que chegavam a ter 30 quilômetros quadrados. O proprietário do terreno, conhecido como ‘sesmeiro’, fincava uma pedra escavada com quatro cruces, uma em cada face, na margem da estrada para delimitar a área”. A partir desse primeiro marco, eram feitas mais quatro medições – a sudoeste, noroeste, nordeste e sudeste –, e, ao final delas, uma outra pedra era colocada, formando uma “quadra de sesmaria”.

Nesses terrenos foram surgindo igrejas, fazendas, pousadas para tropeiros, e, o comércio às margens da estrada floresceu. Ao longo do Caminho Novo, muitos povoados se formaram, dando origem a cidades como Simão Pereira, Matias Barbosa, Juiz de Fora e Santos Dumont.

JUIZ DE FORA

Vanderlei se dedica há mais de 15 anos a estudar a história do Caminho Novo. Para ele, as pedras que delimitavam as sesmarias estão entre os mais antigos monumentos capazes de testemunhar a presença humana na área que hoje corresponde a Juiz de Fora. “Os sinais mais antigos de ocupação da região se referem, respectivamente, aos registros deixados por povos indígenas, ao traçado original do Caminho Novo, aos

marcos de sesmarias e às construções centenárias.” A cidade tem em seus limites dois marcos de sesmarias com mais de 200 anos.

Ao todo, Juiz de Fora tem cerca de 55 quilômetros de Estrada Real, entre os municípios de Matias Barbosa e Ewbank da Câmara. Grande parte do traçado conserva seu estado original, embora, em alguns trechos, o percurso tenha sido modificado – principalmente na região urbana. Para definir por onde passava o Caminho Novo, foram necessários consultar mapas da época, pesquisar citações de viajantes que se referem aos locais estudados e encontrar os marcos de sesmarias fincados na margem do trajeto. Ouvir os relatos de moradores idosos nascidos na região também foi fundamental para precisar essa rota. “Essas pessoas transmitiram informações herdadas por seus ancestrais, apontando um caminho como sendo o mais antigo, ‘o caminho do ouro’”, ressalta Vanderlei.

ATRAÇÃO TURÍSTICA

Hoje, os túneis, chafarizes e fazendas do Caminho Novo foram transformados em meios de hospedagem que procuram resgatar costumes e tradições típicos dos séculos XVIII e XIX. A Inconfidência Mineira é forte marca de uma série de municípios cortados pela estrada. As lutas travadas e os ideais defendidos pelos revolucionários estão registrados até hoje em locais como Conselheiro Lafaiete e Ouro Branco, em Minas Gerais, e Inconfidência, localizada no distrito de Paraíba do Sul, estado do Rio de Janeiro.

Rica em áreas verdes preservadas, a rota também oferece o ecoturismo e o turismo de aventura. O Parque Estadual do Ibitipoca, em Lima Duarte, no Estado de Minas Gerais, e o Parque Nacional da Serra dos Órgãos, que ocupa parte do território de Petrópolis, no Rio de Janeiro, são exemplos desse tipo de atração.

GP

ENTREVISTA LEILA BARBOSA

A escritora Leila Barbosa é especialista em literatura juiz-forana. Pesquisadora do projeto “História Literária em Juiz de Fora”, publicou diversos textos sobre o tema em revistas e jornais da cidade e escreveu os livros *A trama poética de Murilo Mendes*, *Letras da Cidade* e *Christo Redemptor* – todos em parceria com a amiga e também pesquisadora, Marisa Timponi. No dia 15, às 19h, Leila lançou, no Museu de Arte Murilo Mendes (MAMM), o álbum de arte *Ismael Nery e Murilo Mendes: reflexos*, mais uma publicação feita em parceria com Marisa.

Como foi o processo de produção do livro?

O livro é resultado de uma minuciosa pesquisa que fizemos sobre todos os textos que Murilo escreveu a respeito do amigo, Ismael, e sobre o que ele pensava de Murilo. Em buscas feitas na Biblioteca Nacional, em bibliotecas de seminários e igrejas e em alguns acervos particulares, conseguimos obter textos de jornais e revistas do começo do século XX, com artigos de Murilo sobre Ismael. Também convidamos estudiosos de Murilo e Ismael para compor o livro. O trabalho todo durou cerca de três anos.

Como começou a amizade entre Murilo Mendes e Ismael Nery?

A amizade começou quando Murilo foi para o Rio de Janeiro trabalhar como arquivista na Diretoria do Patrimônio Nacional, no Ministério da Fazenda. Lá conheceu Ismael Nery, tornando-se seu grande amigo. A amizade durou de 1921 a 1934, quando Ismael morreu. Entretanto, Murilo continuou escrevendo sobre o amigo, numa demonstração de admiração e gratidão para com o grande pintor, filósofo e teólogo que foi Nery.



Como você avalia a atual produção literária na cidade?

A criação literária juiz-forana anda bem produtiva, pois, além dos inúmeros lançamentos ocorridos ultimamente, tenho visto o aparecimento de muitos autores, como José Augusto Fonseca, Renato Dias e vários outros apoiados pela Lei Murilo Mendes de Incentivo à Cultura.

A cultura em Juiz de Fora apresenta uma identidade própria?

Acredito que Juiz de Fora é uma cidade que, apesar de sua descaracterização – não totalmente mineira, por absorver influência carioca, não totalmente carioca, por guardar princípios mineiros – sempre primou por sua tendência cultural marcante, por sua sedução pelas humanidades. Não é à toa que Artur Azevedo chamou-a de “Atenas Mineira”.

A cidade é historicamente conhecida por sua efervescência cultural. Que fatores propiciaram essa realidade?

Para buscarmos as causas da efervescência cultural juiz-forana, necessitamos percorrer sua história, quando verificamos que nossa cidade, desde suas origens vocacionada para a cultura, destaca-se no cenário nacional e internacional pelas variadas manifestações artísticas. Sua literatura, entre outros recortes, pode definir-se pela figuração da cidade: um microcosmo que projeta o urbano para o macrocosmo. Os textos de seus escritores resgatam Juiz de Fora não apenas como um cenário, mas ainda como uma personagem que atua em muitas narrativas, ou como presença marcante em muitos poemas, desenhando uma cartografia urbana, compondo mesmo um verdadeiro mosaico.

GP

AGENDA

CINE-THEATRO CENTRAL
Praça João Pessoa, s/nº.
(32) 3215-1400
www.theatrocentral.ufff.br

02.12, 21h 3,2, Único
– Projeto Sérgio Lessa
04.12, 21h Viva Viola
06.12, 19h30 Ballet Anna
Pavlova
07.12, 21h Dudu Lima Trio
convida Stanley Jordan –
Iluminação de Natal – Central 80
anos
08.12, 21h Nanda Cavalcante –
Projeto Sérgio Lessa
12 e 13.12, 21h e 19h30 Corpus
Núcleo de Dança
15.12, 20h Academia Expressão
e Movimento
19.12, 21h Noite Feliz, TQ, Putz!
e Os Espetaculares
20.12, 19h30 Ballet e
Jazz Ira Cris
25.12, 21h Beatles Forever

FORUM DA CULTURA
Rua Santo Antônio, 1.112
(32) 3215-3850
www.forumdacultura.ufff.br
Terça a sexta: 14h às 20h30

MUSEU DE CULTURA
POPULAR
Presépio

MAMM
MUSEU DE ARTE
MURILO MENDES
Rua Benjamin Constant, 790
(32) 3229 9070
www.mam.ufff.br
Terça a sexta: 10h às 18h
Sábados e domingos: 13 às 18h

EXPOSIÇÕES

Canudos
Galeria Poliedro

Registros de Canudos
Galeria retratos-relâmpago

O universo francês
de Murilo Mendes
Galeria Convergência

CINEMAMM
10.12, 20h Cidades Possíveis,
Christina Musse e
Cristiano Rodrigues

LEITURAS TEMÁTICAS
15.12, 20h Lançamento do livro
Ismael Nery e Murilo Mendes:
reflexos, Leila Barbosa e Marisa
Timponi

17.12, 20h Lançamento do livro
JF anos 80, Humberto Nicolini



ARTES PLÁSTICAS OLHARES SOBRE CANUDOS

Fotografia e xilogravura: duas técnicas de registro de imagem; distintas formas de expressão artística. Ambas marcam presença nas galerias do Museu de Arte Murilo Mendes, seja com os antigos negativos de vidro utilizados pelo fotógrafo Flávio de Barros, seja através dos traços intensos nas gravuras do artista plástico Adir Botelho. Em comum, o objeto escolhido para suas criações, a Campanha de Canudos.

O único documentário fotográfico da Guerra de Canudos é composto por 70 imagens de Flávio de Barros, das quais 28 ilustram a mostra *Registro de Canudos*, em cartaz na Galeria Retratos-relâmpago. Flávio immortalizou alguns momentos marcantes deste importante episódio na história do Brasil. “Fotografaram-no depois. E lavrou-se uma ata rigorosa firmando sua identidade: importava que o país se convencesse bem de que estava, afinal, extinto, aquele terribilíssimo antagonista”, escreveu Euclides da Cunha no seu *Os Sertões*, descrevendo o ofício de Flávio de Barros ao fotografar o líder da revolta, agora morto, Antônio Vicente Mendes Maciel, ou Antônio Conselheiro.

Barros acompanhou as tropas do general Carlos Eugênio de Andrade Guimarães durante o final do mês de setembro e o início de outubro de 1897 para produzir testemunho fotográfico do combate em Canudos. Sua importância é, hoje,



reconhecida historicamente, já que o incêndio do arraial e sua posterior inundação não deixaram suporte algum para que a história fosse reconstituída.

Inúmeros trabalhos, porém, não faltam para ilustrar a mais célebre obra de Euclides da Cunha. O artista plástico Adir Botelho foi além e construiu uma obra de arte autônoma – que não apenas se baseia na obra literária, mas a complementa –, em sua série *Canudos*, produzida entre 1978 e 1998. Homônima à série, a exposição *Canudos*, na Galeria Poliedro, apresenta oito xilogravuras que traduzem, em movimentos agressivos, o episódio no Sertão baiano.

Na matriz de madeira, a essência do sertanejo descrito na literatura de Euclides ganha forma e moldam-se as lutas e os desejos desse povo. Vinte anos trabalhando o mesmo tema revelam que Adir Botelho acredita que as injustiças sociais não se resumiram ao findo século XIX, mas sim que os homens do sertão ainda estão espalhados pelo país, vitimados pela cegueira que ainda corta nosso tempo. O xilogravador, então, visita o passado e repensa a história, tomado por suas próprias emoções diante da Campanha de Canudos.

GA

EUCLIDES DA CUNHA CEM ANOS SEM

“Seguindo as pegadas do bandeirante, do jesuíta, do vaqueiro, mede o Brasil de ponta a ponta. Situa-se na dimensão do sertanejo, do jagunço”, escrevia Murilo Mendes sobre o desbravador Euclides da Cunha em seu livro *Retratos-relâmpago*. Cem anos após a morte do autor de *Os Sertões*, o museu do poeta organizou uma homenagem ao sociólogo, engenheiro, jornalista e historiador – entre outros ofícios que exerceu –, em parceria com o Centro de Ensino Superior de Juiz de Fora (CES/JF) e apoio da Fapemig.

Nos dias 25, 26 e 27 de novembro, o MAMM recebeu pesquisadores de instituições brasileiras de ensino dedicados ao estudo do escritor e de sua obra para os questionamentos propostos no *Seminário Euclides da Cunha: Cem Anos Sem*. “Falar de Euclides é falar sobre o Brasil, sobre nosso povo e sobre nós mesmos”, analisou a organizadora do seminário, a professora Nícea Nogueira (CES), na abertura do evento.

Apesar de *Os Sertões* – obra mais célebre do escritor, que esgotou rapidamente três edições na época de seu lançamento – ter conquistado destaque nas discussões do encontro, a relevância de Euclides da Cunha ultrapassa o trabalho literário, antropológico e narrativo de guerra que realizou sobre Canudos. De acordo com o professor Marcos Rogério (UFMG), “Euclides propunha que o sertão agreste é um dos símbolos da nossa nacionalidade”. Porém, os mesmos caboclos com os quais conviveu no sertão baiano, ele os reencontrou quando resolveu subir o Rio Purus, na Amazônia brasileira, no estado do Acre.

Euclides não terminou a obra que se propôs a escrever sobre essa aventura: *O Paraíso Perdido* seria, em sua concepção, mais um livro vingador, desta vez, sobre a luta dos sobreviventes dos seringais. O jornalista cultural Daniel Piza, presente ao seminário, prepara o livro *A Amazônia de Euclides*, resultado da viagem que realizou percorrendo a mesma jornada

do escritor em 1905. “Euclides tinha necessidade de sair de onde estava e passou por várias regiões brasileiras: Minas, São Paulo, Bahia... Ele foi o primeiro grande jornalista literário do Brasil.”

Membro da Academia Brasileira de Letras desde 1903 – um ano após o lançamento de *Os Sertões* – Euclides se orgulhava de ter entrado para o seleto grupo com o apoio e com os votos do Barão do Rio Branco e de Machado de Assis. Euclides da Cunha morreu em 1909, aos 43 anos, duelando com um atirador de elite – amante de sua mulher. Deixou para os brasileiros a memória de uma Amazônia, um sertão e um Brasil muito diferentes da atual realidade social.

GA



ADIR BOTELHO, *Canudos*, 1986, xilogravura.

EXPEDIENTE

UNIVERSIDADE FEDERAL DE JUIZ DE FORA Reitor Henrique Duque de Miranda Chaves Filho Vice-reitor José Luiz Rezende Pereira Pró-reitor de Cultura José Alberto Pinho Neves CINE-THEATRO CENTRAL Conselho Eduardo Sérgio Leão de Souza, Hélio Antônio da Silva, José Alberto Pinho Neves, Karla Beatrix Grande Pancini, Marcelo do Carmo Rodrigues, Paulo Dimas de Castro, Sérgio Eduardo Evangelista dos Santos Supervisor administrativo Marcelo do Carmo Rodrigues

PALCO, órgão informativo do Cine-Theatro Central. Jornalista responsável Nelma Fróes Edição Izaura Rocha Diagramação Lígia Lacerda Bolsistas Gabriel Miranda (GA), Gabriella Praça (GP), Mariana Franzini (MF) Fotógrafo Alexandre Dornelas Colaboração Douglas Fazollato Revisão Darlan Lula, Maria Auxiliadora Borém www.theatrocentral.ufff.br (32) 3215-1400.